

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

1

Auto-avaliação de Escola: a construção de referenciais

Serafim Correia (*)

serafcorreia@gmail.com

Introdução

A avaliação de Escola tem sido um dos temas em foco nesta última década. A construção de *rankings* de escolas secundárias, a promoção de exames nacionais do ensino básico, a publicação da Lei n.º 31/2002 e o desenvolvimento da Avaliação Externa das Escolas ou Agrupamentos são exemplos disso.

Embora existam diversas razões que justifiquem esta focalização, entendemos que elas acabam por convergir em dois factores que se prendem quer com as características próprias de uma sociedade em constante mudança, quer com a crescente autonomia da Escola. Assim, se por um lado a crescente autonomia conduz à assunção de uma maior responsabilidade no desenvolvimento das suas dinâmicas, por outro lado, toda a conjuntura que a sociedade vive faz com que a Escola assuma a aprendizagem como algo obrigatório. É, neste contexto, que a Escola deve aderir a uma cultura de avaliação que permita a prestação de contas, decorrente da maior responsabilidade inerente à crescente autonomia, e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de aprendizagens significativas que proporcionem as soluções mais adequadas e criativas à resolução dos problemas emergentes no meio envolvente.

Justifica-se, assim, a necessidade da Escola conceber um dispositivo de auto-avaliação impulsionador da qualidade partilhada e desejada por toda a comunidade educativa.

A referencialização: o caminho para auto-avaliar a escola

A avaliação de Escola é um processo que se reveste de enorme complexidade porque se, por um lado, é sempre um acto inacabado (devido à constante mutação da Escola), por outro lado, é sempre um acto interpretativo que resulta de diferentes olhares que se podem ter sobre a Escola, decorrentes dos referenciais utilizados, cada um privilegiando uma determinada perspectiva. Neste sentido, em qualquer proposta de avaliação é fundamental a definição do *ponto de vista* para que

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

2

se possa conhecer o fim da avaliação, a razão por que se avalia, e em referência a quê o objecto é avaliado. Isto porque, tal como Figari (1999, pp.48-149), admitimos:

- “por um lado, que a avaliação é antes de mais um campo de práticas que une os parceiros educativos e que nesta qualidade funciona segundo modelos que lhe são específicos (...);
- e, por outro lado, que estamos perante práticas de alto risco, devido às consequências que os actores envolvidos sofrem (...), então, não podemos deixar de privilegiar uma concepção do «estabelecimento de ensino como sujeito da sua avaliação», ou seja, como local de conexão necessária entre apreensões externas e comparativas e construções internas, tomando em consideração os diferentes níveis de performance e de funcionamento.”

Nesta linha de ideias, a auto-avaliação de Escola pode revestir-se de múltiplos referenciais provenientes de focalizações próprias de cada um dos vários actores que, de uma forma directa ou indirecta, intervém na escola (docentes, pessoal não docente, encarregados de educação, discentes, entre outros). Exige-se, então, o uso de uma metodologia que proporcione a leitura da realidade escolar que a explique e a organize, de um modo simplificado, possibilitando, assim, a sua compreensão e, previsivelmente, o seu conhecimento.

Para tal, torna-se necessária uma metodologia que facilite o desenvolvimento de um processo que permita não apenas juntar esses referenciais mas, sobretudo, os ajude a construir, a problematizar e a explicitar. Figari (1996 e 1999) designa essa metodologia por **referencialização**, entendida como um processo que permite a construção e a operacionalização de um sistema de referências, em que se persegue, de acordo com Alves (2001, p.249), um conjunto de cinco objectivos essenciais, a saber:

- i. “encontrar e/ou construir referentes;
- ii. operar diagnósticos provisórios que se destinam a motivar o prosseguimento da procura sistemática de informações;
- iii. definir dimensões de avaliação: abrir categorias de questionamento que desembocarão na formulação dos critérios utilizados para a avaliação;

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

3

- iv. delimitação do contexto num ambiente multiforme, criando um quadro em relação ao qual os diagnósticos poderão ser discutidos;
- v. justificar e nomear os critérios que presidirão a avaliação.”

Mais do que uma metodologia de descrição da realidade, a *referencialização* assume-se como uma prática de investigação e de avaliação, que procura as referências criteriosamente mais adequadas ao contexto, tendo como intuito contribuir para a melhoria / aperfeiçoamento da escola.

Assim sendo, cremos que a escola pode recorrer à *referencialização* para desenvolver o seu dispositivo de auto-avaliação, o que lhe permitirá, por um lado, envolver e estabelecer relações entre os diversos elementos da comunidade educativa e, por outro lado, “assinalar um contexto e construir, fundamentando-o com os dados, um corpo de referências relativo a um objecto (ou a uma situação)” (Figari, 1996, p.52).

A auto-avaliação de escola é vista como um processo desenvolvido pela comunidade educativa (docentes, discentes, pessoal não docente, encarregados de educação, entre outros), com o intuito de se consciencializarem as dinâmicas produzidas no seio da escola para se poderem conduzir adequadamente as acções colectivas (aprendizagens), que sejam promotoras da melhoria da Escola (Correia, 2006). Trata-se de implicar os diversos actores da comunidade educativa na construção de um quadro de referências que permita explicitar os resultados, detectar e compreender os problemas e fundamentar / auxiliar as tomadas de opções. Mais do que a produção de um juízo de valor, a auto-avaliação de escola abarca todo um conjunto de práticas que passam pela construção de objectivos (referentes) e pela reconstrução da realidade escolar (referido), bem como pelo confronto entre ambas (referente ↔ referido).

Com efeito, consideramos que um dispositivo de auto-avaliação de escola deve assentar numa perspectiva que reconheça a multiplicidade dos actores para que, através de um diálogo crítico, possam encontrar um sentido colectivo para a escola. Contudo, para que haja esse diálogo é necessário que todos saibam o que está em jogo. Recorrendo a uma expressão de Hadji (1994, p.83), entendemos que “para bem jogar é preciso saber primeiro ao que se joga”, isto é, é essencial que todos os intervenientes conheçam as regras do jogo. Porém, entendemos que não basta conhecer as regras, é fundamental que elas sejam negociadas e concebidas em conjunto. Os critérios de auto-avaliação de escola devem ser concebidos, problematizados e explicitados de

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

4

maneira a que todos os intervenientes saibam o que fazer em situação de aprendizagem, assim como as características que deve ter o produto final.

Face ao exposto, apercebemo-nos de que a concepção dos critérios é uma tarefa fundamental no desenvolvimento da avaliação, porque é a partir destes que é possível estabelecer um juízo de valor e, conseqüentemente, o fundamento da tomada de decisão. Bonniol (1986, citado por Alves, 2001, p.261) define critério “como uma dimensão do objectivo que o avaliador resolve privilegiar, entre outros como referente... o que justifica a referência escolhida é o objectivo visado, a qualidade procurada, o valor privilegiado”. São três, as características que sobressaem dos critérios: a primeira é a *abstracção*, que se prende com a clareza, a evidência, a rapidez e a ordem; a segunda é a *discriminação*, que decorre do confronto “entre os objectos que possuem e os que não possuem critérios” ou que se verifica “no interior dos objectos que possuem critérios”; a terceira prende-se com o desempenho de um *papel de interface* (Figari, 1996, p.109).

Na mesma linha de ideias, Bonniol e Genthon (1989, citados por Vilhena, 2000, p.234) defendem que os critérios “têm um papel fundamental para a compreensão e para a construção do conhecimento, sobretudo na sequência da sua passagem do abstracto para o concreto, isto é, quando se concretizam em indicadores”.

Tal como Alves (2001, p.261), entendemos que a cada critério terá que corresponder pelo menos “um indicador – uma forma observável, tangível, manipulável, quantificável – que permita concluir da presença ou ausência de determinado critério, e, conseqüentemente, a aproximação ou afastamento dos referentes seleccionados como pertinentes para aquela operação de avaliação”.

Deste modo, “os indicadores deverão fazer sobressair a informação, permitindo efectuar concretamente a comparação induzida pelo critério” (Alves, 2001, p.266).

Surge, então, uma questão fundamental - *De que modo devem ser concebidos, problematizados e explicitados os referentes, os critérios e os indicadores?*

A construção de um referencial: um percurso prático

Iremos, agora, descrever um percurso prático de construção de um referencial para avaliar uma parcela de uma escola secundária, mais precisamente, os processos de avaliação das aprendizagens desenvolvidas no seio da escola, integrados na área do Desenvolvimento Curricular. Antes, no entanto, gostaríamos de esclarecer que o Projecto Educativo de Escola se encontra em

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

5

vigor e, como tal, a auto-avaliação de escola assenta numa dimensão formativa (construído)¹ que regula as dinâmicas desenvolvidas no seio da escola.

Num processo avaliativo, uma das tarefas centrais é a selecção e explicitação dos referentes, pois só desse modo se conseguirá consciencializar a comunidade educativa das necessidades e exigências próprias do contexto em que a escola se insere. A *referencialização* é, na nossa opinião, uma metodologia a privilegiar no desenvolvimento de um dispositivo de auto-avaliação, na medida em que é um processo de procura, selecção e construção de referentes, selecção de critérios e construção dos respectivos indicadores que constituirá um referencial que, ao ser confrontado com a realidade escolar, desencadeará a produção de um juízo de valor que sustentará a tomada de decisões (Correia, 2010).

Começamos, então, pela selecção dos referentes que sustentarão o referencial que traduzirá o modo como os processos de avaliação das aprendizagens dos alunos se devem desenvolver no seio da escola em causa. Assim, elegemos os seguintes referentes:

- Referentes Externos:

- Lei n.º 46/86 – Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (*e alterações*);
- Decreto-lei n.º 74/2004 – Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens, referentes ao nível secundário de educação (*e alterações*);
- Portaria n.º 1322/2007 – Define o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação.

- Referentes Internos - Contexto local

- Projecto Educativo de Escola (PEE);
- Projecto Curricular de Escola (PCE).

Da leitura dos referentes seleccionados, emergiram as seguintes questões de avaliação que orientaram a construção do referencial:

¹ Segundo Figari (1996, p.60), um dispositivo educativo comporta as seguintes dimensões: *induzido*, *construído* e *produzido* (ICP). Estas dimensões podem ser confundidas numa “visão ternária da formação e da avaliação que se manifesta através de categorias como «projecto - aprendizagem - avaliação» ou «prognóstico - formativo - sumativo» ou ainda «antes - durante - depois» que traduz bem a preocupação comum a diversas abordagens da formação: a apreensão de um processo evolutivo no tempo”.

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

6

- No início do ano lectivo foram claramente definidos e explicados os critérios de avaliação de cada disciplina?
- Os alunos são informados constantemente sobre o seu desempenho escolar?
- A Comunidade Educativa é envolvida no processo de avaliação dos alunos?
- Os docentes valorizam a expressão e utilização da língua portuguesa?

Tendo presente, não só estas questões de avaliação, mas também os referentes seleccionados, construímos o referencial exposto no Quadro 1.

Quadro 1. Referencial de avaliação dos processos de avaliação desenvolvidos, quer ao nível de escola, quer ao nível de sala de aula

Área a avaliar: Desenvolvimento Curricular				
Dimensão: Construído			Período de avaliação 2009 / 2010	
Referentes	Externos	Lei n.º 46/86 (<i>e alterações</i>); Decreto-lei n.º 74/2004 (<i>e alterações</i>) e Portaria n.º 1322/2007		
	Internos	Projecto Educativo de Escola (PEE) e Projecto Curricular de Escola (PCE).		
Elementos constitutivos	Critérios	Indicadores	Pistas a investigar	
Processo de Avaliação	Escola	Divulgação	- A escola divulga, em diversos locais, os critérios de avaliação das diferentes áreas disciplinares e não disciplinares.	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso dos actores. - PCE. - PCT's. - RI. - Site da escola. - Recinto da escola.
		Envolvimento	- A escola disponibiliza-se para explicar / clarificar os critérios de avaliação adoptados.	
		Valorização	- Os critérios de avaliação destacam a perspectiva da educação para cidadania. - Os critérios de avaliação destacam a compreensão e expressão da língua portuguesa.	
		Responsabilização	- A escola assegura e valoriza a participação dos alunos e EE na construção / definição dos critérios de avaliação.	

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

7

(Cont.)

Elementos constitutivos		Critérios	Indicadores	Pistas a investigar
Processo de Avaliação	Sala de aula	Explicitação	- Os docentes clarificam os critérios de avaliação adoptados.	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso dos actores. - Instrumentos de avaliação. - Planificações.
		Envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Os docentes propiciam a participação dos alunos como intervenientes activos no processo de ensino. - Os docentes valorizam a participação dos alunos no processo de ensino. 	
		Diversidade	- Os docentes utilizam diferentes técnicas e instrumentos de avaliação.	
		Divulgação	- Os docentes proporcionam informação constante aos alunos sobre o seu desempenho.	

O referencial exposto traduz um conjunto de opções políticas que emergiram da leitura dos referentes seleccionados e, constituindo, deste modo, um ideal contextualizado. Este referencial deve ser encarado como sendo único, porque emergiu do seio de uma escola inserida num contexto particular, cujas características a tornam diferente de todas as outras. Como se pode constatar, a avaliação dos processos de avaliação das aprendizagens centrar-se-á em dois níveis: ao nível da escola e ao nível da sala de aula. Em cada um dos níveis, destacamos os critérios sobre os quais a avaliação se centrará e, embora alguns sejam iguais, o facto é que são compreendidos de modo diferente, tendo aqui os indicadores um papel preponderante na tradução do que se entende pelos critérios seleccionados.

Tendo presente o referencial, a tarefa seguinte é a construção de um conjunto de instrumentos que faculte a recolha de informação necessária à reconstrução crítica da realidade escolar, a qual ao ser confrontada com o referencial facultará a produção de um juízo de valor que desencadeará a tomada de decisões. Embora não seja nossa intenção aprofundar a construção de instrumentos de recolha de informação, gostaríamos de realçar que a realidade escolar, por ser demasiado complexa, exige o recurso premente, não só a uma multiplicidade de métodos de recolha de informação, mas também aos discursos dos diversos actores da comunidade educativa.

Ozarfaxinars

e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

8

Considerações finais

O desenvolvimento de um dispositivo de auto-avaliação de escola tem como intuito orientar e regular as dinâmicas desenvolvidas no seio da escola, de maneira a facultar o desenvolvimento de processos de melhoria e, conseqüentemente, promotoras da aprendizagem dos alunos. Porém, esta utilidade só será efectiva se o dispositivo, por um lado, envolver os diferentes actores da comunidade educativa e, por outro lado, assentar nas necessidades e exigências próprias do contexto em que a escola se insere. Como é do conhecimento geral, as mudanças das práticas não emergem por decreto e, como tal, o desenvolvimento de dispositivos de auto-avaliação de escola será um meio de incentivar a assunção de uma maior responsabilidade colectiva, quer na procura, quer na sustentabilidade da qualidade, nomeadamente, através da promoção de um trabalho colaborativo entre os diferentes actores da comunidade educativa, assim como no incentivo e orientação de acções formativas que facultem um desenvolvimento profissional.

Um dispositivo de auto-avaliação de escola não é estático e fechado, mas evolutivo, ao serviço da comunidade educativa, suscitando a problematização e a co-construção do sentido dado à mudança. Para tanto, consideramos a *referencialização* uma metodologia a ter em conta no desenvolvimento deste tipo de dispositivo, porque faculta não só a selecção e explicitação dos referentes mas também uma melhor especificação dos critérios indispensáveis à análise das dinâmicas desenvolvidas no seio da escola.

Ozarfaxinars

 e- revista ISSN 1645-9180

Nº 17 Auto-Avaliação de Escola

9

Referências bibliográficas

- Alves, Maria Palmira (2001). *O papel do pensamento do professor nas suas práticas de avaliação*. Braga: Universidade do Minho. (tese de doutoramento).
- Correia, Serafim (2006). *Dispositivo de Auto-avaliação de Escola: intenção e acção. Um estudo exploratório nas escolas públicas da região norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho. (Tese de Mestrado)
- Correia, Serafim (2010) Abrir a sala de aula: observar para auto-avaliar a escola. In M^a Palmira Alves & Eusébio Machado (orgs.). *Observar e a Avaliar as Práticas Docentes*. Porto: Areal Editores (no prelo)
- Figari, Gérard (1996). *Avaliar: Que referencial?*. Porto: Porto Editora.
- Figari, Gérard (1999). "Para uma referencialização das práticas de avaliação dos estabelecimentos de ensino". In Albano Estrela e António Nódoa (orgs.). *Avaliação em educação: novas perspectivas*. Porto: Porto Editora, pp. 139-154.
- Hadji, Charles (1994). *Avaliação, regras do jogo: Das intenções aos instrumentos*. Porto: Porto Editora.
- Vilhena, Teresa (2000). *Avaliar o extracurricular: A referencialização como nova prática de avaliação*. Porto: Edições ASA.

Legislação consultada

Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro (aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior).

(*) Co-coordenador do Projecto PAR - Projecto de Avaliação em Rede